

Rui Carvalheira

AS DUAS FACES
DE SALAZAR

BC
BIBL
AUT
OR

ÍNDICE

Introdução	9
1. DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA	13
Salazar, o obreiro da nação	15
A escola de Salazar	32
A Mocidade Portuguesa	39
A Concordata de 1940	44
2. OS 3 F'S: FADO, FUTEBOL E FÁTIMA	53
O Secretariado de Propaganda Nacional	56
A arquitetura do Estado Novo	82
A Exposição do Mundo Português	90
A Legião Portuguesa	94
A censura durante o Estado Novo	98
3. O DITADOR DAS FINANÇAS	107
O equilíbrio das contas	110
Os planos de fomento	119
O corporativismo do Estado Novo	131
4. NADA CONTRA A NAÇÃO, TUDO PELA NAÇÃO	139
«Sei muito bem o que quero e para onde vou»	141
Os pilares do Estado Novo	149
A ameaça vermelha	167
«Obviamente, demito-o!»	178
A PIDE	203

5. ORGULHOSAMENTE SÓS	217
Salazar e Franco: a guerra civil espanhola	220
A neutralidade portuguesa na Segunda Guerra Mundial	227
O pós-guerra	238
6. ANGOLA É NOSSA	257
O colonialismo português	260
«Para Angola, rapidamente e em força!»	282
Conclusão	313
Bibliografia	321

INTRODUÇÃO

Nasci poucos anos após o 25 de Abril de 1974, pelo que, pessoalmente, não vivi a ditadura. A experiência pessoal que vivi foi a da completa transformação que se operou em Portugal após a entrada na então CEE, em 1986. Com a chegada da Europa, veio a prosperidade, a liberdade e a democracia, tudo aquilo que não existia durante o Estado Novo.

Cresci, assim, num clima onde as liberdades individuais, a igualdade perante a lei e o desenvolvimento económico assente no mercado livre eram princípios invioláveis, em oposição à repressão, à censura, à ignorância e à pobreza generalizada que tinham dominado a ditadura, razão pela qual me parecia evidente que Salazar fosse repudiado e o fascismo rejeitado. Para mim, nascido depois da Revolução de Abril, parecia óbvio. Como tal, não conseguia compreender porque é que algumas pessoas continuavam a dizer que «o que isto precisava era de um novo Salazar». Parecia-me que havia uma clara divisão entre aqueles para quem Salazar representava tudo o que era detestável e outros para quem o autoritarismo salazarista era a única forma de resistir às mudanças que os deixavam perdidos ou preocupados.

O assunto, percebi assim que comecei a fazer perguntas, deixava muita gente incomodada. Uns por não saberem o que dizer; outros, por terem muito que falar. Privava as pessoas da liberdade e mandava torturar os que discordavam dele, diziam-me, e isso, claro, parecia-me péssimo. Outros diziam que tinha tirado o país

da miséria e posto ordem na casa, o que parecia uma coisa boa. Mas elencar os aspetos negativos e positivos de 40 anos de governo, era coisa que ninguém parecia saber, ou querer fazer. Talvez o assunto fosse ainda recente, ou talvez as pessoas não tivessem as respostas que eu procurava.

À medida que me fui tornando adulto, compreendi que categorias como bom e mau são frequentemente relativas. O importante era ser capaz de aplicar o meu próprio espírito crítico, razão pela qual comecei a procurar informações que me permitissem responder à minha questão: afinal, que tinha feito Salazar de bom e de mau? Foi este motivo que me impeliu a uma procura que se concretiza neste livro.

Sendo um livro sobre História, não é exatamente um livro de História, até porque não sou historiador. Este livro também não é uma biografia de Salazar, nem uma análise historiográfica do Estado Novo; para o efeito, existe uma vasta bibliografia produzida por alguns dos mais importantes historiadores portugueses, que analisaram e continuam a analisar o período em detalhe.

Também não é minha intenção reabilitar ou condenar o regime e o seu criador, enaltecendo ou denegrindo o que se fez durante os 40 anos de ditadura. O que procurei fazer foi estudar as medidas tomadas por Salazar e, a partir dessa observação, elencar as consequências positivas e negativas das medidas tomadas pelo ditador, o mais intelectualmente honesto que me foi possível, e de um modo abrangente: a análise é feita tema a tema, mas com uma perspetiva geral. Um estudo detalhado e pormenorizado de cada tema está fora do âmbito deste livro. Tal estudo poderá ser feito recorrendo à extensa bibliografia que existe sobre este período, que continua a ser produzida por historiadores e investigadores.

Evidentemente que, por mais imparcial que tenha tentado ser, qualquer análise implica uma apreciação e, como tal, uma escala de valor. As minhas crenças, naturalmente, influem no processo,

pois os factos podem ser isentos, mas as considerações implicam uma tomada de posição, uma vez que estou sujeito às influências do tempo e do espaço social, político e económico que é o meu.

Neste sentido e em nome da transparência, esclareço que acredito na soberania popular, no parlamentarismo e na divisão de poderes. Acredito na iniciativa privada, mas não me revejo no modelo neoliberal e encaro o Estado Social como uma forma eficaz de redistribuição de riqueza e diminuição das desigualdades que tanta pressão têm colocado sobre o nosso modelo democrático. Esclareço, ainda, que acredito na liberdade e nos direitos e garantias individuais, mas estou consciente que o que torna a liberdade individual possível é a existência de leis e não a ausência das mesmas, pois perante a inexistência de regras, corremos o risco de retroceder a modelos políticos dominados pela imposição da lei do mais forte, sem os mecanismos de controlo ou mitigação assegurados pelo Estado de Direito, no qual continuo a acreditar, com uma espécie de ingenuidade informada.

Por fim, acrescento que sou republicano, liberal (mais no sentido dos costumes que da visão económica) e ateu, vivendo no Portugal de 2021, um país democrático, que vive numa economia de mercado e integrado na União Europeia. Não obstante as minhas preferências, procurei analisar as decisões tomadas por Salazar, tendo em conta as circunstâncias da época e o impacto que as mesmas tiveram no período em que foram tomadas, de forma a tentar elaborar uma perspetiva geral, abrangente e enquadrada no tempo e no modo.

Neste processo de análise, as fontes revelaram-se essenciais. Importa assim referir que recorri a uma extensa bibliografia e, sempre que possível, optei por fontes coevas, como são exemplo os decretos-lei, a Constituição de 1933, ou os documentos oficiais do Estado Novo, com o objetivo de tornar o ponto de partida das minhas análises (e os factos que as suportam), o mais «científico» e rigoroso possível.